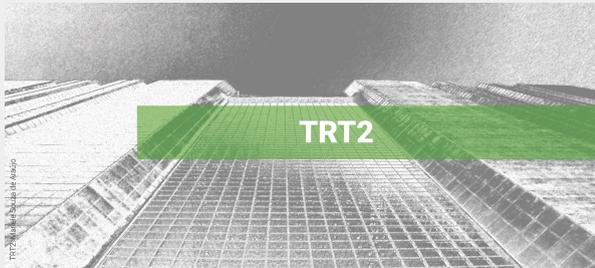


N. 25

Período: 30 jun. a 4 jul. 2025



Comunicado n. 1/GP.CR.EJUD2, de 25 de junho de 2025

Divulga o 12º Ciclo de Formação Continuada do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região a ser realizado presencialmente nos dias 18 e 19 de agosto e telepresencialmente nos dias 20 e 21 de agosto de 2025.

Comunicado n. 2/GP.CR.EJUD2, de 25 de junho de 2025

Divulga o deferimento de participação remota a Magistrados e Magistradas do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, com teletrabalho integral regulamentado, ao 12º Ciclo de Formação Continuada do TRT da 2. Região nos dias 18, 19, 20 e 21 de agosto de 2025.

Portaria n. 32/DGA, de 27 de junho de 2025

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Provimento n. 6/GP.CR, de 1º de julho de 2025

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para evitar a penhora e a expropriação de máquinas e equipamentos desprovidos de sistemas de segurança, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 33/DGA, de 3 de julho de 2025

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 34/DGA, de 3 de julho de 2025

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

CNJ

Provimento n. 199/CNJ, de 25 de junho de 2025
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e de Promoção do Acesso à Documentação Civil Básica por Pessoas e Populações em Vulnerabilidade e instituir a Semana Nacional do Registro Civil; revoga o Provimento n. 140/CNJ, de 22 de fevereiro de 2023, e dá outras providências.

Portaria n. 199/CNJ, de 1º de julho de 2025

Dispõe sobre o Centro de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça.

Ministério do Trabalho e Emprego

Resolução n. 1.019/CODEFAT.MTE, de 25 de junho de 2025
Altera a Resolução n. 780/CODEFAT, de 14 de dezembro de 2016, que estabelece diretrizes básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Portaria n. 1.107/MTE, de 27 de junho de 2025

Aprova o Regimento Interno e define a localização e a

TST

Resolução n. 225/TST, de 30 de junho de 2025

Cancela as Súmulas ns 6, itens I, II, VI, alínea “b”, e item X, 90, 114, 152, 219, 228, 268, 277, 294, 307, 311, 320, 329, 331, item I, 366, 372, item I, 375, 377, 423, 426, 429, 437, 439, 444, 449, 450, 452; a Orientação Jurisprudencial n. 13 do Tribunal Pleno/Órgão Especial; as Orientações Jurisprudenciais ns 14, 270, 355, 383 e 418 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais; a Orientação Jurisprudencial Transitória n. 36 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais; a Orientação Jurisprudencial n. 16 da Seção de Dissídios Coletivos e o Precedente Normativo n. 100 do Tribunal Superior do Trabalho.

Resolução Administrativa n. 2.738/TST, de 30 de junho de 2025

Dispõe sobre a acumulação de acervo processual nos Gabinetes de Ministros e das funções relevantes singulares no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Poder Legislativo

Lei n. 14.770, de 22 de dezembro de 2023

Altera a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse.

Lei n. 15.155, de 30 de junho de 2025

Altera a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia relativa às pessoas com deficiência.

Lei n. 15.156, de 1º de julho de 2025

Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral

subordinação hierárquica de unidades das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

[Portaria n. 1.110/MTE, de 30 de junho de 2025](#)

Convoca a II Conferência Nacional do Trabalho - II CNT.

[Portaria n. 1.131/MTE, de 3 de julho de 2025](#)

Altera o art. 81 da Portaria n. 667/MTP, de 8 de novembro de 2021, que aprova normas para a organização e tramitação dos processos de auto de infração, de notificação de débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e da Contribuição Social; regulamenta o Sistema Eletrônico de Processo Administrativo Trabalhista; estabelece parâmetros para a aplicação das multas administrativas de valor variável, previstas na legislação trabalhista; e disciplina os procedimentos administrativos de emissão da certidão de débitos, oferta de vista, extração de cópia, verificação anual dos processos administrativos e procedimento para autorização do saque de FGTS pelo empregador, quando recolhido a empregados não optantes.

Conselho Federal de Administração

[Ato n. 13/GCGJT, de 1º de julho de 2025](#)

Atualiza a comissão destinada ao acompanhamento e à supervisão da implantação, pelas Corregedorias Regionais dos Tribunais Regionais do Trabalho, do projeto para o adequado tratamento dos processos arquivados definitivamente com contas judiciais ativas – Projeto Garimpo.

[Ato n. 14/GCGJT, de 1º de julho de 2025](#)

Altera os integrantes do Laboratório de Tecnologia para Recuperação de Ativos e Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no âmbito da Justiça do Trabalho (Lab-JT).

[Ato n. 15/GCGJT, de 1º de julho de 2025](#)

Atualiza o Grupo de Trabalho destinado a desenvolver estudos para adequação do Capítulo VI da Seção X da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, atualizado pelo Provimento n. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2023.

[Ato n. 382/TST.GP, de 1º de julho de 2025](#)

Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos sobre a equalização da força e da carga de trabalhos nas unidades

e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.s 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

[Lei n. 15.157, de 1º de julho de 2025](#)

Altera a Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), e a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispensar o segurado do Regime Geral de Previdência Social e o beneficiário do benefício de prestação continuada da reavaliação periódica das condições da concessão do benefício quando a incapacidade for permanente, irreversível ou irrecuperável e para determinar a participação de especialista em infectologia na perícia médica de pessoa com síndrome da imunodeficiência adquirida.

Conselho Federal de Psicologia

[Resolução n. 17/CFP, de 10 de junho de 2025](#)

Altera a Resolução n. 23/

Resolução Normativa n. 670/ CFA, de 26 de junho de 2025
Altera o Regulamento de Registro do Sistema CFA/ CRAs, aprovado pela Resolução Normativa n. 649/ CFA, de 28 de maio de 2024.

Conselho Federal de Biologia

Resolução n. 737/CFBio, de 28 de junho de 2025
Dispõe sobre as diretrizes e normas para atuação na garantia de atendimento aos princípios do Bem-Estar Animal pelos(as) profissionais das Ciências Biológicas com atribuições nas áreas de Meio Ambiente e Biodiversidade e dá outras providências.

Resolução n. 738/CFBio, de 28 de junho de 2025
Regulamenta a concessão de Selo Reconhecimento de Atividade Profissional para Pessoas Jurídicas inscritas no Sistema CFBio/CRBios.

Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas

Resolução n. 62/CFTA, de 24 de abril de 2025
Institui o Código de Ética e Disciplina da profissão de Técnico Agrícola, em suas várias modalidades, e dá outras providências.

Resolução n. 63/CFTA, de 24 de abril de 2025

judiciárias de primeiro e segundo graus.

ENAMAT

Edital n. 6/ENAMAT, de 30 de junho de 2025

Torna público o resultado definitivo da seleção de magistradas e magistrados trabalhistas, conforme Edital n. 5/ENAMAT, de 15 de maio de 2025, referente às vagas do curso "A Era Digital e o Direito do Trabalho: Desafios", a ser realizado no período de 1º a 5 de setembro de 2025, na cidade de Coimbra/ Portugal.

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Resolução n. 1.652/CFMV, de 25 de junho de 2025
Altera dispositivos de Resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Resolução n. 1.653/CFMV, de 26 de junho de 2025
Altera dispositivos da Resolução n. 1.321/CFMV, de 24 de abril de 2020, que institui normas sobre os documentos no âmbito da clínica médico-veterinária e dá outras providências.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Resolução n. 618/COFFITO,

CFP, 13 de outubro de 2022 para incluir a Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Psicologia como categoria para registro de título de especialista e revoga as Resoluções n. 8, de 7 de julho de 2001; n. 15, de 19 de setembro de 2007; n. 16, de 19 de setembro de 2007; n. 22, de 13 de novembro de 2007.

Resolução n. 21/CFP, de 24 de junho de 2025

Altera a Resolução n. 5/CFP, de 3 de fevereiro de 2025, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e psicólogos no exercício profissional da orientação, supervisão e coordenação de estágio em Psicologia, e dá outras providências.

Conselho Superior da Defensoria Pública da União

Resolução n. 231/CSDPU, de 5 de junho de 2025
Regulamenta a participação da Defensora Pública da União e do Defensor Público da União em audiências.

Conselho Federal de Enfermagem

Resolução n. 779/COFEN, de 1º de julho de 2025
Revoga a Resolução n. 280/ COFEN, de 16 de junho de 2003, a qual dispunha sobre a proibição de Profissional

Dispõe sobre o processo administrativo para a apuração de infrações ético-disciplinares no âmbito do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA) e dá outras providências.

de 25 de junho de 2025
Dispõe sobre a atualização do Referencial Brasileiro de Procedimentos Fisioterapêuticos (RBPF) e dá outras providências.

de Enfermagem em auxiliar procedimentos cirúrgicos.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal